



## APRESENTAÇÃO

Lá se vão vários anos da primeira edição, que data de 2005.

A sucessividade das edições justifica-se em face das constantes mudanças legais e dos avanços doutrinários que acabam ganhando repercussão nos tribunais.

E somente quando as alterações são significativas é que lanço uma nova publicação. Por isso não sai uma nova edição a cada ano, como muitos me questionam. Prefiro que sejam feitas novas tiragens.

Nova edição significa novidades, atualizações e uma releitura de toda a obra. Muitas vezes os leitores podem se defrontar com mudanças de posicionamentos e de opinião. É que estou sempre questionando, até o que eu penso. É necessário ter humildade de reconhecer equívocos, aderir a novas opiniões. É o que chamo de amadurecimento.

Apesar de esta ser a sua 12.<sup>a</sup> edição, ainda assim, são indispensáveis algumas palavras sobre como surgiu a ideia – ou melhor, o desafio – de escrever um Manual de direito das famílias.

Confesso que eu mesmo questioneei o porquê alguém se debruça durante meses sobre um computador, cerca-se de inúmeros livros, pesquisa em várias fontes, garimpa a jurisprudência. Lá se vão horas de sono e de descanso. E, é claro, abre-se mão de inúmeros espaços de lazer, do convívio familiar e da tão prazerosa companhia dos amigos. Sempre digo que me tornei uma pessoa ingrata para com os meus afetos.

Talvez toda esta “mão de obra” é que faz se chamar um livro de “obra”. Implico um pouco com este termo, pois, apesar de todo o esforço, é enorme a satisfação de manusear um livro que traz o seu nome como autor. Não há como deixar de tocá-lo de modo carinhoso.

Sempre fui muito irrequieta e questionadora, além de um pouco irreverente, é claro. Com os olhos voltados ao justo, minha eterna preocupação sempre foi com uma justiça equânime. Minha tendência é duvidar de tudo o que está posto de forma indiscutível e pacífica. Tenho grande dificuldade de, simplesmente, repetir o que vem sendo dito, aceitar como corretas teorias e posições, ainda que cristalizadas pela jurisprudência. O simples fato de algum tema já ter sido enfrentado e decidido em determinado sentido nunca me convence de ser esta a melhor e a única solução, de que ali se encontra a justiça, a dispensar uma reflexão a partir de outro enfoque.

Talvez por isso, frequentemente, recebia de quem tomava conhecimento de minhas ideias, em palestras, escritos e julgados, pedidos de indicações bibliográficas. Ao elencar uma série de trabalhos de renomados juristas sobre os mais significativos temas do direito de família, a reação, principalmente dos alunos, sempre surgia: não



dá para adquirir várias obras para estudar uma única matéria dentre as inúmeras disciplinas que são ministradas em um curso que se prolonga por alguns anos.

Sobre o impasse, conversei com minha filha Denise, então estudante de direito e hoje Juíza de Direito. Ela confirmou a dificuldade e, de forma insistente – característica toda sua –, sugeriu que eu escrevesse um livro. Segundo ela, durante as aulas, na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, vez por outro surgiam discussões a respeito de assuntos polêmicos por mim sustentados e sobre os temas difíceis que tenho a mania de enfrentar.

Bem, aceitar desafios é quase uma marca da minha trajetória de vida.

Daí o *Manual de direito das famílias*.

Muitos questionamentos surgiram pelo fato de, pela primeira vez ser usada a expressão “direito das famílias”. É que para mim a expressão “direito de família” perdeu significado. Aliás, na coletânea *Conversando sobre...* já havia usado a expressão no plural. O terceiro volume se intitula *Conversando sobre o direito das famílias*.

Mesmo depois de a Constituição Federal ter enlaçado no conceito de entidade familiar várias estruturas de convívio, o Código Civil continua falando em direito de família e trata quase que exclusivamente de uma modalidade de família: a constituída pelo casamento. Precária e singela a regulamentação da união estável.

Ora, é um olhar que acaba levando a uma comunhão de vidas, a comprometimento mútuo e responsabilidades recíprocas, que o Direito tem a obrigação de regular.

Cada vez mais a ideia de família afasta-se da estrutura do casamento. O divórcio e a possibilidade do estabelecimento de novas formas de convívio provocaram uma revolução na forma sacralizada do matrimônio. A constitucionalização da união estável e do vínculo monoparental operaram verdadeira transformação na sociedade e na própria família. Assim, na busca do conceito de entidade familiar, é necessário ter uma visão pluralista, que albergue os mais diversos arranjos vivenciais. Foi preciso procurar um elemento que permitisse reconhecer a origem dos relacionamentos interpessoais. O grande desafio foi descobrir o toque diferenciador destas estruturas, de modo a inseri-las em um conceito mais amplo de família.

Ao falar em família é necessário render tributo ao Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM, que surgiu da preocupação de proceder a uma releitura do conceito de família e dos direitos que dele defluem a partir da ótica da contemporaneidade. Como a lei não acompanha as mudanças por que passa a família, acaba nas mãos da doutrina e da jurisprudência a responsabilidade de construir nova base de princípios definidores que atenda aos reclamos de uma sociedade sempre em ebulição.

O afeto foi reconhecido como o ponto de identificação da família. É o envolvimento emocional que subtrai um relacionamento do âmbito do direito obrigacional – cujo núcleo é a vontade – e o conduz para o direito das famílias, cujo elemento estruturante é o elo afetivo que funde almas e confunde patrimônios, fazendo gerar responsabilidades e comprometimentos mútuos.

Sob esta ótica é que a própria disposição dos temas aqui abordados tem uma apresentação diferenciada da convencional e não obedece a ordem eleita pela lei. Por



exemplo, não dá para tratar a união estável no local em que a colocou o codificador, em evidente posição de desprestígio: no último capítulo que trata da família. Igualmente, ao falar de família, não mais cabe deixar de trazer as famílias homoafetivas, expressão de afetividade que vem obtendo respeitabilidade social e visibilidade jurídica, graças ao Poder Judiciário.

Também são trazidos assuntos que normalmente não aparecem em compêndios de direito de família. Antes mesmo de adentrar no estudo da família, é indispensável traçar a trajetória da mulher. A luta feminista foi a responsável pela imposição do império da liberdade e da igualdade. Foi a libertação feminina que levou à decadência do viés patriarcal da família.

Talvez o capítulo que cause maior estranheza seja o intitulado “Família, moral e ética”. Todavia, ninguém duvida do compromisso ético da família na formação do cidadão. Não é mais possível confundir moralismo com família. Muito menos se pode admitir que a Justiça, em nome da preservação de uma moral conservadora, chegue a resultados totalmente afastados da ética, referendando posturas maliciosas e chancelando o enriquecimento injustificado.

Desde a primeira edição procurei escrever sob a ótica da legislação em vigor, sem a intenção de mostrar como as coisas eram antes de serem removidas pela evolução da sociedade e incineradas por novas leis. Não tive a menor preocupação em fazer uma abordagem comparativa entre o Código Civil atual e o anterior. O mesmo ocorreu com a promulgação do Código de Processo Civil. Todas as referências dizem com a Lei 13.105, de 16/03/2015. Escrevo preocupada com o novo, olhando para o futuro. Ainda assim, vi-me na contingência de fazer breves considerações sobre a evolução de alguns temas, até porque, para entender determinados institutos, é indispensável conhecer suas matrizes históricas. Dessa forma, são feitas algumas incursões ao passado, mas somente para avaliar situações presentes e se ter uma ideia das mudanças levadas a efeito. A tentativa é mostrar o grande impulso que ensejou a enorme evolução – quase uma revolução – do direito das famílias.

É esta preocupação com o novo que levou à exclusão do capítulo da separação, quando da extinção do instituto pela reforma constitucional. As tentativas do CPC e do próprio STJ não o ressuscitaram.

É uma tarefa extremamente difícil assimilar novidades e desmistificar condicionamentos que têm raízes na educação e na cultura. Estratificações sociais, preconceitos arraigados há tanto tempo impedem ver que existem outras formas de viver, diversos modos de buscar a felicidade. Essa verdadeira missão vem sendo cumprida com sucesso pelo IBDFAM, que agrega significativo número de cabeças pensantes, sem medo de ver a realidade e criar novos paradigmas. Foi nessa fonte – que se pode chamar da nova escola do direito das famílias – onde fui buscar subsídios.

Procurou trazer o pensamento de todos os que se dispõem a ver a família em sua conotação atual. O colorido multifacetário que adquiriu a família torna necessária a busca de diversos referenciais, enlaçando outras ciências que também se dedicam ao estudo do ser humano, não só como sujeito de direitos, mas como sujeito de desejos.



É preciso adequar a justiça à vida e não engessar a vida dentro de normas jurídicas, muitas vezes editadas olhando para o passado, na tentativa de reprimir o livre exercício da liberdade. O direito das famílias lida com gente, gente dotada de sentimentos, movida por medos e inseguranças. Pessoas que sofrem desencantos e frustrações e buscam no Judiciário ouvidos a seus reclamos.

Minha proposta é, de forma bastante didática, como é a maneira de me expressar, fazer um passeio pelo atual direito das famílias, sempre tomando posições sobre os pontos mais polêmicos. As novidades mais significativas estão assinaladas. Por uma questão de lealdade intelectual, e para não afastar o caráter científico que o trabalho exige, faço referência às posições divergentes da doutrina e às distintas orientações jurisprudenciais.

Sempre sonhei com uma Justiça mais rente à realidade da vida, mais sensível, mais retributiva e menos punitiva. Este sonho, que serviu de norte a toda a minha trajetória, conduziu-me primeiro à magistratura e depois à advocacia.

Dedico este trabalho aos jovens – de idade e de espírito –, pois serão eles os lidadores do direito de amanhã, os artífices da justiça do futuro. Minha esperança é que as novas gerações consigam ver o direito mais próximo do cânone maior do nosso sistema jurídico: o respeito à dignidade da pessoa.

Deposito-o nas mãos de quem não tem medo de ousar para cumprir a sublime missão de dar a cada um o que é seu, sem olvidar que o seu de cada um é o direito de todos à felicidade.

MARIA BERENICE DIAS

[www.mbdias.com.br](http://www.mbdias.com.br)

[www.mariaberenice.com.br](http://www.mariaberenice.com.br)

[www.direitohomoafetivo.com.br](http://www.direitohomoafetivo.com.br)

[www.estatutodiversidadeseexual.com.br](http://www.estatutodiversidadeseexual.com.br)



## SUMÁRIO

Parente e família .....	11
Meu querido leitor, .....	13
APRESENTAÇÃO .....	15
1. DIREITO DAS FAMÍLIAS .....	35
1.1. Origem do direito .....	35
1.2. Lacunas .....	36
1.3. Origem da família .....	37
1.4. Origem do direito das famílias .....	38
1.5. Evolução legislativa .....	40
1.6. Tentativa conceitual .....	42
1.7. Natureza jurídica .....	42
1.8. Conteúdo .....	44
1.9. Constitucionalização .....	44
Leitura complementar .....	45
2. PRINCÍPIOS DO DIREITO DAS FAMÍLIAS .....	46
2.1. Princípios constitucionais .....	46
2.2. Princípios e regras .....	47
2.3. Princípios constitucionais e princípios gerais de direito .....	49
2.4. Monogamia .....	49
2.5. Princípios constitucionais da família .....	50
2.5.1. Da dignidade humana .....	52
2.5.2. Da liberdade .....	53
2.5.3. Da igualdade e respeito à diferença .....	54
2.5.4. Da solidariedade familiar .....	56
2.5.5. Do pluralismo das entidades familiares .....	56
2.5.6. Da proteção integral a crianças, adolescentes, jovens e idosos .....	57
2.5.7. Da proibição de retrocesso social .....	58
2.5.8. Da afetividade .....	59
Leitura complementar .....	61
3. FAMÍLIA, MORAL E ÉTICA .....	63
3.1. Moral, ética e direito .....	63
3.2. Família e ideologia .....	64
3.3. Família e moral .....	65



3.4. Família e ética.....	66
3.5. Boa-fé objetiva.....	67
Leitura complementar .....	69
4. FAMÍLIA NA JUSTIÇA .....	71
4.1. Lei e família .....	71
4.2. A jurisdição de família.....	72
4.3. Interdisciplinaridade .....	74
4.4. Mediação e conciliação.....	75
4.5. Especialização .....	77
4.6. Ações de família.....	78
4.6.1. Ações litigiosas .....	79
4.6.2. Ações consensuais.....	82
4.7. Competência .....	83
4.7.1 Vara das Famílias ou da Infância e Juventude .....	84
4.8. Questões probatórias.....	85
4.9. Tutela provisória, de urgência, antecipada, cautelar e de evidência.....	87
4.10. Recursos.....	89
4.11. Ministério Público.....	90
4.12. Defensoria Pública .....	92
Leitura complementar .....	93
5. CULPA.....	95
5.1. Culpado ou inocente? .....	95
5.2. Anulação do casamento.....	96
5.3. Separação .....	96
5.4. Nome.....	98
5.5. Alimentos.....	98
5.6. Sucessão .....	99
6. DANO MORAL.....	100
6.1. O preço da dor .....	100
6.2. Deveres do casamento e da união estável.....	103
6.3. Noivado e namoro .....	105
6.4. Dano moral e alimentos.....	107
6.5. Abandono afetivo .....	107
6.6. Perda de uma chance .....	108
Leitura complementar .....	110
7. SITUAÇÃO JURÍDICA DA MULHER.....	111
7.1. A trajetória da mulher .....	111
7.2. Na legislação pretérita .....	113



## SUMÁRIO

21

7.3.	Frente à Constituição Federal.....	114
7.4.	Na lei atual .....	115
7.5.	Omissões injustificáveis .....	118
7.6.	No Judiciário .....	119
7.7.	A Lei Maria da Penha .....	120
	Leitura complementar .....	123
8.	NOME .....	124
8.1.	Tentativa conceitual .....	124
8.2.	Composição .....	127
8.3.	Nomes da família.....	127
8.4.	Nome da mulher.....	130
8.5.	Casamento .....	131
8.6.	União estável .....	132
8.7.	Divórcio.....	133
8.8.	Anulação do casamento .....	134
8.9.	Nome do homem.....	134
8.10.	Reintegração do nome .....	135
8.11.	Viuvez .....	135
8.12.	Nome dos filhos.....	136
8.12.1.	Casamento dos pais .....	137
8.12.2.	Divórcio dos pais .....	138
8.12.3.	Adoção .....	139
8.13.	Declaração de paternidade.....	139
8.14.	Adoção do nome do padrasto .....	140
8.15.	Reprodução assistida .....	141
8.16.	Pessoas trans .....	141
	Leitura complementar .....	143
9.	FAMÍLIAS PLURAIS .....	144
9.1.	Breve justificativa .....	144
9.2.	Família constitucionalizada .....	145
9.3.	Conceito atual de família .....	146
9.4.	Matrimonial .....	148
9.5.	Informal .....	150
9.6.	Homoafetiva.....	151
9.7.	Simultâneas ou paralelas .....	151
9.8.	Poliafetiva.....	152
9.9.	Monoparental.....	153
9.10.	Parental ou anaparental.....	154
9.11.	Composta, pluriparental ou mosaico.....	155



---

9.12. Natural, extensa ou ampliada .....	156
9.13. Substituta .....	157
9.14. Eudemonista .....	158
Leitura complementar .....	159
10. CASAMENTO .....	160
10.1. Visão histórica .....	160
10.2. Tentativa conceitual .....	161
10.3. Natureza jurídica.....	164
10.4. Espécies.....	165
10.4.1. Civil.....	165
10.4.2. Religioso com efeitos civis .....	166
10.4.3. Por procuração .....	167
10.4.4. <i>Nuncupativo ou in extremis</i> .....	168
10.4.5. Putativo .....	168
10.4.6. Homossexual.....	169
10.4.7. Consular.....	169
10.4.8. De estrangeiros.....	169
10.5. Conversão da união estável em casamento .....	169
10.6. Capacidade.....	170
10.7. Impedimentos .....	172
10.7.1. Impedimentos absolutos .....	172
10.7.2. Causas suspensivas.....	174
10.8. Processo de habilitação.....	175
10.9. Celebração.....	177
10.10. Posse do estado de casado.....	178
10.11. Estado civil.....	179
Leitura complementar .....	180
11. EFICÁCIA DO CASAMENTO .....	181
11.1. Visão histórica .....	181
11.2. Tentativa conceitual .....	182
11.3. Direitos e deveres .....	184
11.3.1. Fidelidade.....	186
11.3.1.1. Infidelidade virtual.....	187
11.3.2. Vida em comum no domicílio conjugal .....	190
11.3.3. Mútua assistência, consideração e respeito .....	191
11.3.4. Sustento, guarda e educação dos filhos .....	192
Leitura complementar .....	192
12. INVALIDADE DO CASAMENTO .....	193
12.1. Tentativa conceitual .....	193





## SUMÁRIO

23

12.2. Casamento inexistente .....	195
12.2.1. Diversidade de sexo .....	197
12.2.2. Autoridade competente .....	197
12.2.3. Declaração de vontade .....	198
12.3. Casamento existente .....	198
12.4. Casamento nulo e anulável.....	200
12.4.1. Nulo .....	201
12.4.2. Anulável .....	204
12.4.2.1. Menoridade .....	204
12.4.2.2. Vício de vontade.....	205
12.4.2.3. Revogação de procuração .....	208
12.4.2.4. Incompetência do celebrante .....	209
12.5. Efeitos quanto aos filhos.....	209
12.6. Casamento putativo .....	210
12.7. Ação de nulidade e de anulação .....	212
12.7.1. Legitimidade.....	213
12.7.2. Ônus da prova .....	214
12.7.3. Interesse de agir .....	216
12.7.4. Efeitos da sentença .....	216
12.8. Alimentos.....	217
Leitura complementar .....	218
13. DISSOLUÇÃO DO CASAMENTO .....	219
13.1. Visão histórica .....	219
13.2. O fim do instituto da separação .....	222
13.2.1. Reconciliação .....	225
13.2.2. Conversão da separação em divórcio .....	227
13.2.3. Aspectos intertemporais .....	227
13.3. Fim do casamento?.....	229
13.4. Separação de fato .....	230
13.5. Separação de corpos .....	233
13.6. Divórcio.....	235
13.7. Divórcio por mútuo consentimento .....	236
13.7.1. Recusa de homologação.....	238
13.8. Divórcio judicial.....	239
13.8.1. Legitimidade extraordinária .....	239
13.9. Ação de divórcio .....	240
13.9.1. Divórcio consensual .....	242
13.9.2. Divórcio contencioso .....	242
13.10. Divórcio extrajudicial.....	245



---

13.11. Morte.....	250
Leitura complementar .....	251
14. UNIÃO ESTÁVEL.....	253
14.1. Visão histórica.....	253
14.2. Aspectos constitucionais .....	255
14.3. Legislação infraconstitucional.....	255
14.4. Tentativa conceitual .....	257
14.5. Questões terminológicas .....	258
14.6. Características.....	259
14.7. Estado civil.....	261
14.8. Nome.....	262
14.9. Impedimentos .....	263
14.10. Direitos e deveres .....	265
14.11. Efeitos patrimoniais .....	267
14.12. Reflexos sucessórios.....	270
14.13. Contrato de convivência.....	271
14.14. Contrato de namoro .....	273
14.15. Indenização por serviços prestados .....	274
14.16. A Súmula 380 .....	276
14.17. Conversão em casamento .....	277
14.18. Ação de reconhecimento e dissolução .....	277
14.19. Partilha de bens .....	281
14.20. Obrigação alimentar .....	282
14.21. Tutelas provisórias.....	284
Leitura complementar .....	284
15. FAMÍLIA HOMOAFETIVA.....	285
15.1. Tentativa conceitual .....	285
15.2. Previsão constitucional .....	286
15.3. Omissão legal .....	288
15.4. Via judicial .....	288
15.5. Avanços jurisprudenciais .....	289
15.6. As decisões das Cortes Superiores .....	289
15.7. Legalização.....	291
15.8. Estatuto da Diversidade Sexual e Gênero.....	292
Leitura complementar .....	293
16. FAMÍLIAS SIMULTÂNEAS.....	294
16.1. Família invisível .....	295



## SUMÁRIO

25

16.2. Sociedade de afeto e não sociedade de fato .....	296
16.3. Poliafetividade.....	300
16.4. Partilha de bens .....	301
Leitura complementar .....	306
17. FAMÍLIA MONOPARENTAL .....	307
17.1. Origem e conceito .....	307
17.2. Divórcio.....	309
17.3. Adoção .....	310
17.4. Solteiros .....	311
17.5. Inseminação artificial .....	312
17.6. Uniões homoafetivas .....	312
17.7. Irmãos, tios e avós .....	313
17.8. Proteção estatal .....	313
Leitura complementar .....	313
18. REGIME DE BENS.....	314
18.1. Visão histórica .....	314
18.2. Tentativa conceitual .....	315
18.2.1. Meação .....	316
18.3. Disposições gerais .....	318
18.3.1. Diferenças entre os regimes .....	320
18.3.1.1. Princípio da comunicabilidade.....	320
18.3.2. Administração .....	323
18.3.3. Vedações – Bens imóveis.....	325
18.3.4. Vedações – Aval e fiança.....	327
18.3.5. Vedações – Doações .....	328
18.4. Pacto antenupcial.....	329
18.5. Comunhão parcial.....	332
18.6. Comunhão universal.....	335
18.7. Participação final nos aquestos.....	338
18.8. Separação de bens.....	340
18.9. Separação obrigatória de bens .....	341
18.10. A Súmula 377 .....	345
18.11. Alteração do regime de bens .....	347
18.11.1. Ação de alteração .....	350
Leitura complementar .....	352
19. PARTILHA DE BENS .....	353
19.1. Questões patrimoniais.....	353
19.2. Mancomunhão .....	356



---

19.3. Uso exclusivo de bem comum .....	357
19.4. Sub-rogação.....	360
19.5. Dívidas e encargos .....	361
19.6. FGTS, verbas rescisórias e créditos trabalhistas.....	362
19.7. Ativos financeiros .....	363
19.8. Acervo societário .....	364
19.9. Outros bens e direitos.....	366
19.10. Desconsideração da personalidade jurídica: <i>Disregard</i> .....	369
19.11. Edificação em imóvel de terceiros.....	371
19.12. Promessa de doação.....	372
19.13. Usucapião familiar .....	373
19.14. Aspectos processuais .....	375
19.14.1. Ação de partilha .....	376
19.14.2. Ação de anulação da partilha .....	378
Leitura complementar .....	379
20. BEM DE FAMÍLIA .....	381
20.1. Tentativa conceitual .....	381
20.2. Mínimo vital.....	382
20.3. Espécies de impenhorabilidade .....	383
20.4. Convencional .....	384
20.4.1. Instituição .....	385
20.4.2. Extinção .....	386
20.5. Legal.....	387
20.6. Beneficiários.....	390
20.7. Rural.....	393
20.8. Dívida alimentar .....	393
20.9. Aspectos processuais .....	394
Leitura complementar .....	395
21. RELAÇÕES DE PARENTESCO .....	396
21.1. Tentativa conceitual .....	396
21.2. Classificação.....	397
21.2.1. Natural e civil .....	398
21.2.2. Biológico ou consanguíneo.....	399
21.2.3. Linha reta .....	399
21.2.4. Linha colateral.....	401
21.2.5. Grau .....	402
21.3. Afinidade.....	404
21.4. Obrigação alimentar .....	405
Leitura complementar .....	406



## SUMÁRIO

27

22. FILIAÇÃO .....	407
22.1. Filiação e reconhecimento dos filhos.....	407
22.2. Visão histórica .....	408
22.3. Tentativa conceitual .....	410
22.4. Planejamento familiar .....	412
22.5. Presunções da paternidade .....	413
22.6. Estado de filiação e origem genética .....	416
22.6.1. Biológica.....	418
22.6.2. Registral .....	419
22.7. Reprodução assistida .....	421
22.7.1. Homóloga.....	423
22.7.2. Heteróloga.....	425
22.7.3. Gestação por substituição.....	426
22.8. Contrato de geração de filho.....	427
22.9. Posse do estado de filho.....	428
22.10. Socioafetiva .....	429
22.11. Homoparental .....	430
22.12. Pluriparental ou multiparental .....	432
Leitura complementar .....	434
23. RECONHECIMENTO DOS FILHOS.....	436
23.1. Distinções legais.....	436
23.2. Reconhecimento voluntário .....	436
23.3. Legitimidade .....	438
23.4. Formas .....	439
23.5. Consentimento.....	441
23.6. Impugnação .....	442
Leitura complementar .....	443
24. DECLARAÇÃO DA PARENTALIDADE.....	444
24.1. Uma justificativa .....	444
24.2. Interesses em conflito .....	444
24.3. Verdade real, jurídica, presumida e afetiva.....	445
24.4. Ação do filho .....	447
24.5. Ação do pai.....	454
24.6. Ação da mãe .....	461
24.7. Ação declaratória da ascendência genética .....	462
24.8. Declaratória da filiação socioafetiva.....	465
24.9. Relativização da coisa julgada.....	466
24.10. Prescrição .....	468
24.11. Competência .....	469



24.12. Litisconsórcio.....	471
24.13. Ônus da prova .....	472
24.14. <i>Exceptio plurium concubentium</i> .....	473
24.15. Revelia.....	474
24.16. Exame de DNA .....	475
24.17. Desistência da ação.....	477
24.18. Averiguação judicial da paternidade.....	478
24.19. Alimentos.....	481
Leitura complementar .....	485
25. PODER FAMILIAR.....	486
25.1. Visão histórica .....	486
25.2. Tentativa conceitual .....	487
25.3. Código Civil e Estatuto da Criança e do Adolescente .....	489
25.4. Pais separados .....	490
25.5. Exercício .....	491
25.5.1. Responsabilidade civil.....	492
25.6. Usufruto e administração de bens.....	494
25.7. Suspensão e extinção.....	496
25.7.1. Suspensão.....	497
25.7.2. Perda .....	498
25.8. Lei da palmada ou Lei menino Bernardo.....	500
25.9. Ação de suspensão e destituição .....	501
Leitura complementar .....	504
26. ADOÇÃO.....	505
26.1. Visão histórica .....	505
26.1.1. A legislação atual .....	506
26.1.2. A cruel realidade.....	508
26.2. Tentativa conceitual .....	511
26.3. Unilateral .....	517
26.4. De maiores.....	520
26.5. Internacional.....	521
26.6. Póstuma .....	523
26.7. “À brasileira” ou afetiva.....	525
26.8. Dirigida ou <i>intuitu personae</i> .....	527
26.9. Homoparental .....	532
26.10. Os chamados filhos de “criação”.....	533
26.11. De nascituro .....	533
26.12. Cadastros.....	534
26.13. Procedimentos para a adoção .....	536



## SUMÁRIO

29

---

26.13.1. Habilitação .....	536
26.13.2. Ação de adoção .....	537
26.13.3. Recursos .....	538
26.14. Manifestação de vontade da genitora .....	539
26.15. Destituição do poder familiar .....	540
26.16. Declaração da ascendência genética .....	540
26.17. Benefícios legais .....	540
26.18. Parto anônimo .....	542
Leitura complementar .....	543
27. PROTEÇÃO DOS FILHOS .....	544
27.1. Visão histórica .....	544
27.2. Tentativa conceitual .....	545
27.3. Guarda (convivência familiar) .....	547
27.4. Guarda unilateral .....	548
27.5. Convivência compartilhada .....	549
27.5.1. Igualdade parental .....	553
27.6. Direito de convivência (visitas) .....	557
27.6.1. Guarda dos animais de estimação .....	559
27.7. Estatuto da Criança e do Adolescente .....	560
27.8. Competência .....	562
27.9. Ação de estabelecimento do regime de convivência (guarda) .....	563
27.10. Execução do regime de convivência (visitas) .....	565
27.11. Busca e apreensão .....	568
27.12. Autorização de viagem .....	568
27.13. Dano afetivo .....	569
27.14. Alienação parental .....	572
Leitura complementar .....	578
28. ALIMENTOS .....	580
28.1. Visão histórica .....	580
28.2. Tentativa conceitual .....	582
28.3. Natureza jurídica .....	584
28.4. Naturais e civis .....	584
28.5. Características .....	585
28.5.1. Direito personalíssimo .....	586
28.5.2. Solidariedade .....	586
28.5.3. Reciprocidade .....	587
28.5.4. Proximidade .....	588
28.5.5. Alternatividade .....	588
28.5.6. Periodicidade .....	589



28.5.7. Anterioridade .....	589
28.5.8. Atualidade .....	590
28.5.9. Inalienabilidade .....	591
28.5.10. Irrepetibilidade .....	591
28.5.11. Irrenunciabilidade .....	593
28.5.12. Transmissibilidade .....	595
28.6. Culpa .....	598
28.7. Casamento .....	599
28.8. Divórcio .....	601
28.9. Nulidade do casamento .....	603
28.10. União estável .....	604
28.11. Obrigação dos pais .....	605
28.12. Paternidade socioafetiva .....	608
28.13. Nascituro .....	609
28.14. Alimentos gravídicos .....	610
28.15. Obrigação dos avós .....	613
28.16. Obrigação dos parentes .....	615
28.16.1. Obrigação dos irmãos, tios, sobrinhos e primos .....	616
28.16.2. Obrigação dos parentes por afinidade .....	618
28.17. Em favor do idoso .....	619
28.18. Obrigação do Estado .....	620
28.19. Compensatórios .....	621
28.20. Transitórios .....	624
28.21. <i>Intuitu familiae</i> .....	626
28.22. Quantificação .....	627
28.23. Proporcionalidade-necessidade-possibilidade .....	628
28.24. Ação de alimentos .....	631
28.24.1. Legitimidade .....	631
28.24.2. Procedimento .....	634
28.25. Competência .....	636
28.26. Ônus da prova .....	638
28.27. Definitivos e provisórios .....	639
28.28. Termo inicial .....	640
28.29. Base de incidência .....	643
28.29.1. Imposto de renda .....	645
28.30. Litisconsórcio .....	647
28.31. Chamamento a integrar a lide .....	648
28.32. Oferta de alimentos .....	650
28.33. Extinção da obrigação alimentar .....	651
28.34. Título executivo .....	653





## SUMÁRIO

31

28.35. Liquidez e certeza.....	654
28.36. Execução.....	655
28.36.1. Cumprimento da sentença.....	658
28.36.2. Execução de título extrajudicial.....	660
28.36.3. Coação pessoal.....	661
28.36.3.1. Justificativa.....	662
28.36.3.2. Prisão.....	663
28.36.4. Expropriação.....	664
28.36.5. Uma solução viável.....	667
28.37. Exceção de pré-executividade.....	668
28.38. Crime de abandono.....	668
28.39. Prescrição.....	670
28.40. Ação revisional e exoneratória.....	670
28.41. Coisa julgada.....	674
28.42. Proporcionalidade e coisa julgada.....	675
28.43. Prestação de contas.....	675
Leitura complementar.....	676
29. DIREITO DO IDOSO.....	678
29.1. Tentativa conceitual.....	678
29.2. Doutrina da proteção integral.....	678
29.3. Estatuto do Idoso.....	679
29.4. Idoso na justiça.....	680
29.5. Alimentos.....	681
29.6. Direito de casar.....	682
29.7. Alienação parental e abandono afetivo.....	683
29.8. Tutela e curatela.....	685
Leitura complementar.....	685
30. DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS AVÓS.....	687
30.1. Aspectos históricos.....	687
30.2. Direito à ancestralidade.....	687
30.3. Obrigação alimentar.....	689
30.4. Direito de convivência (visitas).....	691
30.5. Guarda.....	692
30.6. Tutela e curatela.....	693
Leitura complementar.....	694
31. TUTELA.....	695
31.1. Tentativa conceitual.....	695
31.2. Doutrina da proteção integral.....	697



31.3. Estatuto da Criança e do Adolescente.....	698
31.4. Compartilhada .....	698
31.5. Espécies.....	699
31.5.1. Documental.....	699
31.5.2. Testamentária .....	699
31.5.3. Legítima .....	700
31.5.4. Dativa .....	700
31.6. Impedimentos .....	700
31.7. Direito de recusa.....	701
31.8. Manifestação do tutelado.....	702
31.9. Encargos.....	702
31.10. Ação de nomeação do tutor .....	703
31.11. Exercício .....	703
31.12. Prestação de contas.....	705
31.13. Cessação.....	705
31.14. Destituição .....	706
Leitura complementar .....	706
32. CURATELA .....	707
32.1. Tentativa conceitual .....	707
32.1.1. Pessoas com deficiência.....	710
32.1.2. Pródigo .....	711
32.1.3. Casamento.....	712
32.2. Espécies.....	713
32.2.1. Autocuratela.....	714
32.2.2. Curatela compartilhada.....	715
32.2.3. Tomada de decisão apoiada.....	715
32.2.4. Enfermo e pessoa com deficiência .....	717
32.2.5. Nascituro.....	718
32.3. Legitimidade para o exercício da curatela .....	718
32.3.1. Cônjuge ou companheiro .....	719
32.3.2. Parentes ou tutores .....	719
32.3.3. Representante de entidade de abrigamento.....	720
32.3.4. Ministério Público .....	720
32.4. Exercício .....	720
32.5. Prestação de contas.....	721
32.6. Ação de curatela .....	722
32.6.1. Eficácia da sentença.....	724
32.7. Levantamento da curatela.....	726
32.8. Incapacidade provisória .....	726
Leitura complementar .....	727



## SUMÁRIO

33

---

33. ASPECTOS INTERNACIONAIS.....	728
33.1. Nascimento .....	728
33.2. Casamento .....	729
33.2.1. No estrangeiro .....	729
33.2.2. De estrangeiros .....	730
33.3. Divórcio.....	731
33.3.1. Partilha de bens .....	733
33.3.2. Guarda e visitação.....	733
33.4. Sequestro Internacional.....	735
33.5. Reflexos sucessórios.....	739
Leitura Complementar .....	739
34. QUESTÕES INTERTEMPORAIS .....	740
Leitura complementar .....	741
BIBLIOGRAFIA .....	742
SÚMULAS, TESES E ENUNCIADOS.....	774
JURISPRUDÊNCIA EM TESE DO STJ .....	784
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO .....	791
Obras da Autora.....	799
Coordenação de obras coletivas .....	799